

**- TIRA ESSE FUÁ DA MINHA FRENTE!**  
**CULTURA AFRICANA E AFRO BRASILEIRA: UM OLHAR NA EDUCAÇÃO**  
**INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RECIFE**

Flávia Priscila Pereira Paulino de Souza<sup>1</sup>  
Larissa Rodrigues de Paula<sup>2</sup>  
Auxiliadora Maria Martins da Silva<sup>3</sup>

## **RESUMO**

Este artigo vem mostrar os resultados da nossa pesquisa que tem como finalidade compreender como tem se organizado o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira na educação infantil através das práticas pedagógicas dos docentes deste segmento de ensino. Nesse estudo buscamos apreender se a percepção de cor da pele negra nasce desde os anos iniciais da educação básica. Analisamos se os professores trabalham com essas diferenças de etnias em sala de aula e quais os materiais didáticos utilizados que favorecem esse ensino. Utilizamos como campo de estudo uma escola municipal da rede de Recife, procuramos investigar também como as professoras realizam suas práticas com relação ao ensino da história e cultura africana e afro-brasileira e quais são as suas compreensões de educação das relações étnico raciais. Para alcançar essas informações, realizamos a análise temática dentro da pesquisa qualitativa para assim obtermos essas compreensões acerca da concepções de relações ético-raciais em que a maioria entendem que trabalhar essa temática é trabalhar apenas a questão das diferenças de cores. Concluímos então uma necessidade de repensar como a formação desses profissionais de educação estão acontecendo nas universidades acerca desse tema, garantindo então uma melhor aprendizado para essas crianças que estão no início do processo de formação.

**Palavras-chave:** Educação, Educação Infantil, Lei 10.639/03, Relações Étnico Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

## **1. INTRODUÇÃO**

Na sociedade brasileira, é possível notar com grande clareza a desigualdade social, educacional, étnico-racial, cultural, e entre outras. A desigualdade nunca fora totalmente vencida no Brasil, porém grandes passos de conquistas na legislação brasileira vêm acontecendo ao longo do tempo, temos, pois, como base a lei 10.639/03. Esta lei tem por finalidade orientar

---

<sup>1</sup> Concluinte de Pedagogia em 2016.1 – Centro de Educação – UFPE- flavinha.00a@gmail.com.

<sup>2</sup> Concluinte de Pedagogia em 2016.1 – Centro de Educação – UFPE- larri554@hotmail.com

<sup>3</sup> Professora Adjunta do Departamento de Métodos e Técnicas – Centro de Educação - UFPE

escolas públicas e particulares a ensinar a história e a cultura afro-brasileira e africana, e introduzir a obrigatoriedade destas temáticas nos currículos escolares do ensino fundamental e médio.

Com a conquista da Lei 10.639/03, houve progressos que possibilitou uma construção dos princípios educativos referentes às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e da Cultura Africana e Afrodescendente (BRASIL, 2004). Porém, tendo em vista que esta lei abrange apenas o ensino fundamental e médio, foi despertada em nós a inquietação do por que ela não abranger a educação infantil? Uma vez que é nessa fase que a criança desenvolve características que irão acompanhá-la por toda a sua vida, assim como afirma Cavalleiro:

Nessa etapa da vida, ocorre a primeira socialização do indivíduo – socialização primária - , ou seja: “a ampla e consiste introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela” (Berger & Luckmann, 1976, p.175). Numa relação dialética homem/sociedade, o novo membro da sociedade interioriza um mundo já posto que lhe é apresentado com uma configuração já definida, construída anteriormente à sua existência. Assim, interagindo com outros, a criança aprenderá atitudes, opiniões, valores a respeito da sociedade ampla e, mais especificamente, do espaço de inserção de seu grupo social. (2014, p.15)

Com isto posto, decidimos então, investigar o motivo desse ensino não ser devidamente abordado na educação infantil. Pois o interesse acerca da temática surgiu ainda no início da nossa graduação em Pedagogia, quando ingressamos no estágio profissional. Trabalhando dentro das salas de aula da educação infantil na rede privada de Recife, algo começou a nos inquietar: Por que dentro da sala de aula, sejam nas paredes ou livros, todas as imagens retratam crianças brancas? Por que a professora demonstra maior afeto pelas crianças não negras? Por que nenhuma professora sabia como arrumar o cabelo da menina negra?

Esses e outros questionamentos acabaram nos impulsionando a aprofundarmos na temática ao longo da nossa graduação. E foi no 8º período, com o auxílio da disciplina de PPP8, que realizamos um projeto de intervenção numa escola da rede pública de ensino de Recife.

Durante a realização do nosso projeto, não só pudemos observar o não reconhecimento das crianças como integrantes da cultura negra, e em alguns casos, negação dessa cultura, como também, tivemos dificuldades em

encontrar literaturas e pesquisas acerca desta temática no contexto da educação infantil. Essa vivência nos fez refletir sobre a importância do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil, conduzindo-nos, então, para a produção do presente trabalho.

Dentro desse contexto, com a promulgação da Lei trazida anteriormente, o estudo traz um questionamento com a finalidade de responder às seguintes problemáticas: a percepção da cor e cultura surge desde os anos iniciais? Como os professores da Educação Infantil lidam com essas diferenças de etnias com as crianças em sala? Os materiais didáticos encontrados nas escolas da educação infantil são suficientes em favorecer essa valorização da cultura e da história africana e afro-brasileira?

Esses questionamentos nos causaram inquietude, onde buscamos respondê-los através das leituras e estudos realizados durante nossas investigações. E dentro do espaço acadêmico buscamos o auxílio e orientação para assim desenvolvermos o nosso trabalho.

## **2. OBJETIVOS**

### **Objetivo geral:**

- ✓ Compreender como tem se constituído o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil.

### **Objetivo específico:**

- ✓ Discutir as percepções dos professores acerca do ensino das relações étnico-raciais na educação infantil,
- ✓ Identificar quais são as práticas educativas das professoras acerca da história e da cultura negra na educação infantil.
- ✓ Caracterizar quais os materiais didáticos utilizados em sala de aula que contemplam a cultura africana e afro-brasileira.

## **3. MARCO TEÓRICO**

### **3.1 Compreensão de Educação**

A compreensão de educação deve ser principalmente o homem como um ser autônomo, aquele indivíduo que seja capaz de atuar sobre a sua realidade problematizando-a. Neste sentido, a educação deve estimular a ação do indivíduo para a construção de conhecimentos, propiciando a capacidade de reflexão acerca da realidade. Logo, Paulo Freire traz a educação como:

A educação é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem, porque este ser inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém. (1983, p. 14)

Compreende-se pois a educação na concepção de Paulo Freire como uma atitude de ação e reflexão contínua, que para o sujeito humano é possível, porque ele é um ser inacabável e que conhece seus limites e possibilidades, esta procura leva-lo à sua plenitude. Em suma a educação provoca numa busca que é realizada pelo próprio homem e é por isto que Freire afirma que o homem deve ser o sujeito da sua própria educação e, não, um objeto.

Estamos todos no processo de educação, então significa dizer que não existe aquele ser educado e não educado, pois esta educação não é absoluta e permanente. Portanto a educação não deve ser originada de um ato de concessão, que o docente faz para o discente, mas sim, um processo em que é realizado o contato do humano com o mundo em que ele está vivenciando.

O homem está no mundo e com o mundo. Se apenas estivesse no mundo não haveria transcendência nem se objetivaria a si mesmo. Mas como pode objetivar-se, pode também distinguir entre um eu- e um não-eu. (FREIRE, 1983, p. 15)

Freire afirma que o homem torna-se um ser apto para se relacionar, de sair de si e projetando-se nos outros, podendo então diferenciar órbitas existenciais diferentes deles próprios. Em suma, essas relações se dão no mundo, com o mundo e pelo mundo.

### **3.2 Educação Infantil e o seu papel na formação social dos sujeitos**

A educação infantil está associada aos desenvolvimentos psicológicos, físico, social e intelectual para crianças de zero a cinco anos de idade. É

função da educação infantil cuidar da criança no espaço formal, em sua alimentação, brincadeira, lazer, respeitando os traços lúdicos em suas atividades, focando no processo integral de desenvolvimento das crianças.

A educação infantil pode oferecer às crianças momentos para o aprendizado que se dá através das brincadeiras e das situações pedagógicas intencionais e de aprendizagens em que os professores deste segmento realizam práticas educativas de acordo com orientações. Essa aprendizagem acontece de forma diversificada e de maneira integrada. E segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, o educar na educação infantil significa dizer:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (1998, p. 23)

Nesse sentido, percebemos então que durante os anos em que frequenta a Educação Infantil (EI), as crianças estão em um momento de grande aprendizado e apropriação dos hábitos e valores da sociedade da qual ela faz parte, nesse sentido, a preocupação e o investimento das escolas públicas na educação das relações étnico raciais se constitui numa grande contribuição a construção de valores democráticos, de cidadania e de respeito a diversidade de culturas e de etnias que constituem nosso país.

O Brasil, nos últimos anos, vem realizando várias alterações no seu sistema educacional, a fim de atender as demandas emergentes. Exemplificando isto, temos a necessidade das mães (e/ou responsáveis) de ingressarem no mercado de trabalho, resultando numa busca do ingresso escolar dos seus filhos cada vez mais cedo. E devido a essa e outras razões que a lei 12.796/13 alterou a obrigatoriedade escolar de 6 a 14 anos, para 4 a 17 anos (BRASIL, 2013). Incluindo assim a EI como parte integrante da educação básica, garantindo o direito da criança à educação.

Esse fato, bastante relevante, permite às famílias pobres, um ganho importante, uma vez que, historicamente, as crianças das camadas populares, estavam em situação de desvantagem considerando as crianças ricas e de classe média que ingressam muito cedo na escola e, por esse motivo e por acesso fácil aos bens culturais se alfabetizam bem mais cedo, enquanto as crianças de escolas públicas amargam várias reprovações e levam mais anos para concluir o Ensino Fundamental e ainda com dificuldades para ler e compreender curtos e longos textos.

Nesse sentido, faz-se necessário o controle social para que a lei da EI não se transforme em mais uma letra morta, ou seja, lei que está no papel, mas não se cumpre. Como poderemos medir o que exige a lei para todas as crianças, contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (Brasil, 1998, p. 23), grifo nosso.

Considerando que o país onde essas crianças vão estudar, estruturou-se através do tráfico transatlântico de negros e negras, do escravismo criminoso e prática, cotidianamente, o racismo institucional<sup>4</sup>, uma forma de vê-las felizes e saudáveis seria acolher a todas com respeito e colaborar na construção de conhecimentos que combatam o racismo operante na sociedade brasileira, fortaleçam suas identidades e valorizem a diversidade étnica, religiosa, de classe, de geração e de gênero com as quais precisarão conviver no seio da sociedade da qual fazem parte.

A introdução da EI no ciclo da educação básica foi, sem dúvida, um grande ganho para a população. Pois agora, assegurado por lei, o sistema público de ensino tem que garantir o acesso a todos (dentro da faixa etária) nesse segmento. Vemos isso se materializando na Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE), onde traz “universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade...” (BRASIL, 2014)

Com a implementação deste segmento em caráter universal, fez-se necessário a adequação de normas das diretrizes de como a EI deveria funcionar. Regulamentações essas que podem ser consultada nas Diretrizes

---

<sup>4</sup> Tratamento diferenciado dado pelas instituições aos brasileiros em função da cor da sua pele. Ex. A polícia, no Brasil, mata em número alarmante, jovens negros entre 15 e 29 anos, morrem mais mulheres negras que brancas, de parto, nas maternidades brasileiras\*IBGE, 2010.

Curriculares Nacionais (DCN) para a EI. Dessa forma, o que gostaríamos de refletir são os significados dessa conquista na formação do sujeito que por ela passa. Mas antes, se faz necessário explicar que, o que entendemos por EI é o que está posto no DCN:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção. (BRASIL, 2010)

Sabendo então que a educação infantil é a fase em que a criança é inserida numa organização para além da família. E a mesma começa a interagir socialmente de uma forma mais sistemática, proporcionando assim um melhor desenvolvimento para ela, como afirma Vygotsky “a interação social é necessária para o desenvolvimento cognitivo.” (*apud* BEE & BOYD, 2011 p.181).

Visto que, passando pela E.I. a criança está exposta a um ambiente favorável à construção de saberes e valores, espera-se que nesse espaço ela seja capaz de adquirir o conhecimento e aprendizado necessário para que ela esteja segura quanto a quem ela é e apta a respeitar a diferença do outro. Com isto dito, vemos a importância dessa construção dentro deste ambiente, uma vez que a escola vem ganhando cada vez mais significado, devido ao aumento do tempo que esses sujeitos vêm passando dentro dessas instituições, aonde estes vêm chegando a ultrapassar o tempo que eles passam em outras atividades (incluindo o tempo com sua própria família):

Durante as últimas décadas os relacionamentos entre iguais (mesma faixa etária), tornaram-se cada vez mais importantes para crianças em idade escolar. Gradualmente, a quantidade de tempo que elas passam interagindo na escola, em ambientes de cuidados após a escola..., veio a ultrapassar a quantidade de tempo que elas passam em outras atividades. (BEE, BOYD, 2011 p.321)

Sendo ser esta, uma etapa obrigatória na formação desses sujeitos e importante na construção de valores. Faz-se necessário trazermos à discussão, uma temática que vem sendo negligenciada. Que seria a vivência da cultura e da história africana e afro-brasileira nas pré-escolas.

Quanto ao que diz respeito à vivência da cultura e história africana e afro-brasileira, notamos que a lei 10.639/03 traz a obrigatoriedade do ensino dessa cultura no ensino fundamental e médio (BRASIL, 2003). Mas apesar de não explicitar a obrigatoriedade desde a educação infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para E.I., trazem essa obrigatoriedade. E acerca disso falaremos mais no tópico a seguir.

### 3.3- Prática pedagógica na Educação Infantil

- O senhor poderia me dizer, por favor, que caminho devo tomar para sair daqui?
  - Isso depende muito de para onde você quer ir.
  - Não me importo muito para onde.
  - Então não importa o caminho que você escolha.
- (Lewis Carroll, em Alice no País das Maravilhas)

A prática pedagógica é o caminho (meio) o qual percorremos a fim de chegar ao nosso objetivo. Logo, não têm como discutirmos o ensino e aprendizado acerca da história e cultura africana e afrodescendente, sem compreendemos como vem se estabelecendo a dinâmica pedagógica, e em especial, dentro da educação infantil.

Com isto posto, para nos ajudar nesta compreensão, temos que voltar um pouco mais. Uma vez que esta prática acontece dentro do ambiente escolar, se faz necessário respondermos alguns questionamentos. Afinal, qual é a função da escola básica? Para qual destino ela está nos levando? E encontramos respostas para estes questionamentos no conceito que Gomes traz: "... a instituição escolar é vista como um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas também valores, crenças, hábitos e preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade." (2002, p.40)

Compreendemos então que a escola não tem um fim nela mesma, mas que ela exerce uma grande função social, pois tem como dever formar cidadãos. Diferentemente do que alguns pensam, a escola não existe apenas para ensinar a ler e a escrever, isso seria uma diminuição do seu real papel formador, assim como afirma Kramer:



[...] infelizmente, parece que tantos anos de administrações incompetentes, falta de recursos, propostas equivocadas levam a população a esquecer que o trabalho básico da escola – de ensinar, de assegurar e a reapropriação do conhecimento – é um serviço que ela presta na (e para a) construção da cidadania. (1998,p.17)

Precisamos ter clareza na função social da escola, para julgarmos com coerência a relevância e eficácia de suas ações. E sendo então a cidadania um dos pontos importantes a serem discutidos nesta instituição, logo se faz necessário que em suas práticas também se destaque o aprendizado cultural. Pois “[...] uma escola básica que se compromete com a cidadania e com a democracia precisa ter na formação cultural um de seus elementos básicos, volto a dizer, como o ar que respiramos.” (Kramer, 1998, p.16).

A cultura está diretamente ligada à cidadania, visto não ser possível formar cidadãos à parte de um aprendizado cultural. Dentro desse contexto que entra a prática pedagógica (com seu caráter social) a fim de proporcionar os aprendizados necessários, por meio dos saberes. Mas algo que gostaríamos de deixar claro, é que na maioria das vezes ao falarmos em práticas escolares, existe uma tendência a se pensar que se trata apenas de métodos de ensino, onde na realidade, está muito longe disso. Não se trata de um método, fórmula ou técnica de ensino, esse tipo de pensamento ocorre devido à confusão da função social da escola. Entretanto o que entendemos por prática é a dinâmica escolar, a forma que as interações acontecem para a construção dos saberes:

A prática pedagógica, como prática social que é, concretiza-se de modo contraditório e dinâmico; só artificialmente podemos separar conteúdos de método, processo de aprender de método de ensinar, construção do conhecimento de aquisição das informações. Na prática pedagógica, esses pólos são indissociáveis, não dicotômicos. (Kramer, 1998, p.18)

Vemos então que para ocorrer de fato a prática pedagógica em sua essência, todo o ambiente escolar deve estar predisposto ao mesmo. Entretanto como isso seria possível? Como a escola deve se mostrar para assegurar a integridade dessa dinâmica? Para exemplificar isso, traremos então a ilustração de Marilena Chauí num texto de 1980:

O professor de natação não pode ensinar o aluno a nadar na areia fazendo-o imitar seus gestos, mas leva-o a lançar-se n'água em sua companhia para que aprenda a nadar lutando contra as ondas, revelando que o diálogo do aluno não se trava com o seu professor

de natação, mas com a água. O diálogo do aluno é com o pensamento, com a cultura corporificada nas obras e nas práticas sociais e transmitidas pela linguagem e pelos gestos do professor. (apud Kramer, 1998, p.17)

Baseado nisso, podemos afirmar que a atividade pedagógica nada mais é do que a simulação (ou criação) de ambientes (ou situações) que levem os seus sujeitos a estabelecerem uma interação (diálogo) que o levem ao aprendizado. Ou seja, é a experiência pedagógica o caminho que levaria o sujeito a sua formação de maneira plena.

Compreendendo então a real natureza dessa prática, podemos agora analisar como ela vem se constituindo na Educação Infantil. E um documento que nos ajuda nessa tarefa são as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para EI. Nele, percebemos a valorização de que a prática ocorra de forma a proporcionar experiências que levem as crianças a se desenvolverem. Para exemplificar isso vejamos esse trecho retirado do DCN acerca da prática pedagógica:

Possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e conhecimento da diversidade; Incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza; Promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura; (BRASIL, 2010, p. 26)

Baseado nesse texto, vemos que as práticas escolares estão sendo guiadas através de diretrizes que respeitam a sua natureza. E sendo aplicado assim como proposto iremos encontrar o ambiente ideal para a realização da vivência do ensino da história e cultura africana e afro brasileira.

Uma diretriz curricular, entretanto, não se constitui num fetiche, ou seja, um objeto que por si só, possui poderes, uma diretriz constitui se numa seleção de conhecimentos realizada por um grupo que, naquele tempo e espaço específico, estava como o poder para definir o que se deve ensinar e aprender, nesse caso, um grupo que atou ao nível federal. Nos estados e nos municípios, bem como, chão da escola, essas DCNS sofrerão modificações para atender interesses e necessidades locais. As práticas pedagógicas, portanto, podem não ocorrer tal qual definem as DCNS, existe uma *margem de autonomia*, grifo nosso, no entanto, espera se que a ética da profissionalidade docente sempre

busque as trajetórias mais democráticas, críticas, reflexivas e de avanço do conhecimento no sentido da equidade, da justiça e do bem estar de todos e todas.

### **3.4 Cultura Africana e Afro brasileira no contexto da Educação Infantil**

O Brasil apesar de ser um país multirracial, ainda carrega uma história forte de racismo contra o negro. Esse fator se torna ainda mais curioso quando percebemos que quase metade da população brasileira é ou tem ascendência negra, “[...] do ponto de vista étnico-racial, 44,6% da população brasileira apresenta uma ascendência negra e africana...” (GOMES, 2011).

O racismo é um problema real no nosso país, apesar de que muitos negam a existência dele. Podemos dizer que isso ocorre, porque de fato no Brasil o racismo se apresenta de forma diferenciada, como disse Schwarcz “um racismo à brasileira”. Segundo ela, o racismo brasileiro se apresenta da seguinte forma:

[...] percebe antes colorações do que raças, que admite a discriminação apenas na esfera íntima e difunde a universalidade das leis, que impõe a desigualdade nas condições de vida mas é assimilacionista no plano da cultura.

É por isso mesmo que, no país, seguem-se muito mais as marcas de aparência física, que por sua vez integram status e condição social, do que regras físicas ou delimitações geracionais. É também por esse motivo que a cidadania é defendida a partir de direitos formais, ao mesmo tempo que são ignoradas limitações dadas pela pobreza, pela violência cotidiana e pelas distinções sociais e econômicas. (2001, p.36)

A discriminação racial é um traço forte em nossa sociedade, sendo muitas vezes fator determinante da posição social que o sujeito ocupa. Pois como afirma Bento “A pobreza tem cor” (2002). Essa desigualdade social é um dos traços marcantes do racismo no Brasil. E para reverter esse quadro, acreditamos ser o processo educativo a porta de entrada, como alega o Movimento Negro, “[...] a educação não é a solução de todos os males, porém ocupa um lugar importante nos processos de produção sobre si e sobre ‘os Outros’.” (GOMES, 2011).

Dentro desse cenário atual, defendemos a necessidade de práticas pedagógicas que valorizem as relações de etnias e o ensino acerca da cultura

negra, desde a educação infantil, para que possamos atingir de fato um dinamismo na nossa sociedade na luta de combate ao racismo. Essa discussão precisa ser garantida em todos os segmentos de ensino. Pois “ela (a escola) pode impulsionar uma ação cultural e política, a caminho da transformação na sociedade, por meio da transformação do indivíduo e das relações sociais.” (CAVALLEIRO, 2001 p.106).

Ciente de que este não é um assunto apenas para as séries finais da educação básica, os DCNs para a educação infantil defendem as discussões acerca da temática a partir das séries iniciais como podemos ver neste trecho:

As propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem: O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e a discriminação; A dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo encaminhamentos de violações para instâncias competentes. (BRASIL, 2010)

Com isto, vemos que um dos documentos que regem a EI reconhece a importância de que garantir a vivência da cultura e história africana e afro-brasileira dentro dessas salas de aula, vai para além da mera expansão do conhecimento dessas crianças. Pois também se configura como um mecanismo para prevenir que esses sujeitos sofram quaisquer tipos de violência simbólica. Violência esta que muitas vezes se configura através do silêncio.

[...] por um lado, a estigmatização de um grupo como perdedor, e a omissão diante da violência que o atinge; por outro lado, um silêncio suspeito em torno do grupo que pratica a violência racial e dela se beneficia, concreta ou simbolicamente [...]

O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana. (BENTO, 2002 p.5)

Ou seja, se silenciar ou privar a criança negra de aprender sobre sua cultura e história, e apenas ensiná-la a seguir, e ou, perpetuar os hábitos e costumes da cultura branca, dominante, é um ato de violência. O silêncio

diante das discussões étnico-raciais está longe de ser aceitável. Como afirma Cavalleiro “Ao silenciar a escola grita inferioridade, desrespeito e desprezo.” (2001 p.97)

Defendemos que sendo assegurado esse debate e vivências nas pré-escolas, será um ganho a todos e não apenas às crianças negras, uma vez que:

A discriminação racial não é um problema da criança negra, mas uma oportunidade de crianças negras e não negras se conhecerem, discutirem e instaurarem novas formas de relação, que tenham impacto em suas vidas e na sociedade como um todo. (CAVALLEIRO, 2001 p.106)

A prática educacional acerca do ensino da cultura africana e afro-brasileira dentro da educação infantil se faz necessária para a afirmação das crianças negras e formação de sujeitos sem racismo e com respeito às diferentes etnias. Resultando então num ambiente igualitário, livre de quaisquer manifestações de desrespeito e violência.

#### **4- METODOLOGIA**

##### **4.1- Etapas seguidas para chegar aos sujeitos e obter os resultados**

O uso da pesquisa qualitativa tem sido bastante utilizada pelos pesquisadores do campo da educação. Este tipo de pesquisa é estabelecida concomitante por métodos de interpretação que têm por finalidade retratar, decifrar e traduzir os fatos sociais naturais e com o objetivo de obter elementos pertinentes para reprodução e relatar os fatos. Logo, sua particularidade é de;

A pesquisa qualitativa ou naturalística envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva do participante. (BOGDAN e BIKLEN, *apud* LUDKE e ANDRE 1982, p. 13)

Realizamos para o nosso estudo a pesquisa qualitativa, a escolha deste tipo de pesquisa é devido ao contato direto que tivemos com o ambiente natural, como também ela nos proporcionou como recurso a entrevista

semiestruturada. Manzini apresenta o sentido e a caracterização do que de fato é uma entrevista semiestruturada ao afirmar que:

[...] a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. (1990, p.154),

Para a realização das nossas análises de resultados, usamos dentro da análise de conteúdo a análise temática, pois esse tipo de análise nos levou ao uso de sentenças, parágrafos ou frases como item da análise. A unidade de análise temática faz o evidenciamento que são os próprios contornos do texto, alcançando em um processo dinâmico e indutivo de concentração, sendo objetiva a mensagem que está sendo explícita ou as significações que não estão explícitas no contexto. E com a fala dos sujeitos podemos coletar o que eles acreditam e não, de acordo com os temas que foram levantados ao longo dos seus discursos, pois Bardin afirma que:

Esta análise temática, conduzida segundo a dimensão das atitudes ou qualidades pessoais valorizadas e desvalorizadas, verifica, portanto, algumas das hipóteses adiantadas intuitivamente. "Qualitativamente, a análise pormenorizada destes temas (e a verificação de um conjunto de dez horóscopos da mesma revista, prova que aqueles varia pouco), indica quais são os valores de referência e os modelos de comportamento presente neste discurso (1977, p. 81 )

O campo de pesquisa que realizamos foi uma escola municipal de Recife, dentro da educação infantil na qual investigamos como estava sendo estabelecido o ensino acerca da cultura e história africana e afrodescendente dentro do segmento educacional dessa rede pública.

Escolhemos a rede pública de ensino do Recife, uma vez que é neste campo que observamos um percentual maior de estudantes negros e pardos, reforçando a relevância da nossa temática, como também para darmos continuidade a nossa pesquisa que fora realizada nessa escola durante disciplina de PPP8. E para participar da nossa pesquisa, convidamos quatro professoras da rede de ensino, a princípio solicitamos ajuda da gestora para que a mesma conversasse com algumas docentes, como também, fomos nas salas perguntar se elas gostariam de participar do nosso estudo. Informamos o conteúdo que iria ser questionado e realizamos o convite naquele momento. As

entrevistas foram realizadas uma parte na sala dos professores e outra na coordenação. Eram necessários lugares distintos, pois tinha momentos que precisávamos sair de um lugar para o outro devido à movimentação de outras pessoas e barulho que estava acontecendo naquele instante.

Solicitamos a autorização das professoras para que pudéssemos gravar o áudio das entrevistas e garantimos às mesmas que seus nomes verdadeiros não seriam expostos na nossa pesquisa e que iríamos criar nome fictício para assim proteger suas identidades. Preparamos uma entrevista com dezenove questões, estabelecemos uma ordem em que fizemos as perguntas e as professoras iam narrando suas respostas, tranquilamente e sem pressa. As questões estão anexadas ao nosso artigo.

Essas questões foram lançadas para quatro professoras do ensino da educação infantil que lecionava nesta escola municipal em Boa Viagem-PE, todas as entrevistadas já eram formadas em pedagogia e tinham especialização na área, porém apenas três delas eram professoras efetivas e a outra era professora temporária. E o resultado dessas respostas foi apresentado de forma legítima e fiel, pelo motivo da interação harmoniosa que estabelecemos com as entrevistadas.

Segundo Fontana e Frey, “a entrevista qualitativa é um ‘texto negociado’ resultante de um processo interativo e cooperativo que envolve tanto o entrevistado como o entrevistador na produção do conhecimento.” (2000). No entanto essa expressão texto negociado significa dizer que os resultados das pesquisas realizados por entrevistas estruturadas ou semiestruturadas são consequentes de um processo de trocas verbais e não verbais entre o entrevistado e o pesquisador.

## **5. ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Planejamos nossa análise a partir dos seguintes pressupostos: (1) A prática dos docentes em relação ao ensino da história e cultura africana e afro-brasileira e sua relevância e (2) Concepção de educação das relações étnico-raciais dos professores. Antes de darmos continuidade nestas questões,

traremos no seguinte tópico a caracterização das professoras entrevistadas e algumas observações que realizamos nas salas de aula.

### **5.1 - Descrição dos sujeitos: Maria, Joana, Ana e Rose**

A primeira entrevistada foi a professora Maria que tinha entre 36 a 50 anos de idade e se considerava de raça branca. Sua formação era no curso de Pedagogia e especialização em Alfabetização e Letramento, exercia a docência há 6 anos na Rede municipal do Recife, porém a mesma atuava há 1 anos e 5 meses nesta escola que fora realizada a coleta. A professora trabalhava como substituta de atividades e ajudava as outras turmas quando necessário.

A segunda entrevistada foi a professora Ana, com idade entre 36 a 50 anos e também se identificou como de cor branca. A mesma reside em Setúbal próximo à escola que trabalha. Sua formação era de licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco e sua especialização era de Gestão escolar. Atuava como professora efetiva há 2 anos nesta escola que fora realizada a pesquisa para o grupo V, porém a mesma trabalhava na área de docência acerca de 11 anos.

A terceira entrevistada foi a professora Rose, com idade aproximadamente de 36 a 50 anos e considerada de etnia branca. Sua graduação é em Pedagogia e especialização na área de Educação Especial na Faculdade Fafire. A professora leciona nesta escola acerca de 3 anos e realizava sua aula para o grupo III, porém sua atuação como docente na educação são de 20 anos.

A quarta e última entrevistada foi a professora Joana, com idade de 36 a 50 anos e se considera branca. A mesma tem graduação em Pedagogia pela Universo (Universidade Salgados) de Oliveira e sua especialização é em Psicopedagogia e reside no bairro de San Martin. Joana trabalha como educadora acerca de 17 anos, leciona na escola que estávamos fazendo as coletas por volta de 4 anos e este ano ela dá aula no grupo IV para as crianças de aproximadamente 4 anos de idade.

### **5.2 - Descrição das salas de aula e material didático**



Observamos as atividades/materiais que estavam expostos e disponibilizados nas salas dos específicos grupos III, IV e V, exatamente as salas das professoras entrevistadas. Na sala do grupo III, reparamos decorações nas paredes com crianças brancas, painéis sobre a conscientização da limpeza do Recife e a preservação da água.

Grupo IV, observamos os livros de histórias “Feijãozinho” era o que as crianças estavam trabalhando no momento. Poucas histórias que valoriza a cultura negra. Observamos mais histórias religiosas, contos de fadas e entre outros. Brinquedos educativos sobre músicas, painéis com atividades educativas mostrando a importância sobre as limpezas nos rios e figuras de animais nas paredes.

No grupo V, percebemos uma variedade de painéis expostos em sala, livros didáticos e figuras de crianças pintadas de diversas cores e raças. Vale salientar que os livros de leituras deleites para as crianças, poucos contemplam essa valorização do negro e os que encontramos não foram disponibilizado pela escola, mas sim as professoras que compraram e trouxeram para trabalhar com seus alunos.

Ressaltamos também que o material individual dos estudantes (mochila, estojo, lancheira, etc.), em sua grande maioria era de imagens com personagens brancos. Isso acontece uma vez que a maioria das princesas, super-heróis e desenhos animados que as crianças assistem, são estrelados por personagens brancos. As exceções a esse padrão na escola eram dos materiais que foram proporcionados pelo município ou tinham figuras de animais ou até mesmo sem imagem alguma.

As salas de aula como um todo possuem materiais de boa qualidade. O livro didático que é usado atualmente é produzido pela Lego Education. Nesse material, existem imagens de crianças negras, mas nada acerca da cultura e história negra. Nos chama a atenção essa presença ausente (pois vemos um negro que está na história, mas não tem história. Uma vez que não aprendemos sobre seus costumes e tradições).

Visto que o DCN para EI traz um currículo que defende a garantia de vivências e discussões no campo das relações étnico-raciais (ver marco teórico). Faz-se necessário o uso de materiais que favoreçam isso. Pois assim

como alegam Amorim e Neto, “O currículo se materializa nos livros escolares, nas atividades vivenciadas, nas propostas curriculares e pedagógicas e nos diversos discursos que permeiam a sociedade.” (*apud* Arruda e Gouveia, 2012, p.81).

Seguindo este conceito de currículo, algo mais nos chamou atenção, os brinquedos. Pois em nenhuma das salas de aula encontramos algum boneco ou boneca negra. A única que encontramos, fica localizada na biblioteca, numa prateleira acima do nível das crianças. Chamamos atenção acerca dos brinquedos, por serem esses um dos instrumentos primordiais na educação infantil. Visto que nesse segmento, as brincadeiras são fundamentais para o aprendizado dessas crianças. Os brinquedos além de ensiná-las a desenvolver habilidades também as ensinam a aprender da cultura, assim como defendido por Carvalho:

As culturas infantis são constituídas por um conjunto de formas, significados, objetos, artefatos que conferem modos de compreensão simbólica sobre o mundo. Ou seja, brinquedos, brincadeiras, músicas e histórias que expressam o olhar infantil, olhar construído no processo histórico de diferenciação do adulto. Os brinquedos e brincadeiras elaborados e vivenciados pelas crianças ao longo da história da humanidade são, portanto, objeto de estudo que surgem à medida que entendemos a infância como categoria geracional sociologicamente instituída e produtora de uma cultura própria. (2007, p.3)

Então, visto que os brinquedos auxiliam as crianças no aprendizado acerca da cultura, se faz necessário rever a ausência de bonecos representantes da raça<sup>5</sup> negra. Para que a falta deste recurso não venha atrapalhar o desenvolvimento dessas crianças, pois como defende Matos:

Se mantivermos o atual descaso para com as crianças negras e suas bonecas (que são suas verdadeiras filhinhas), estaremos afirmando negativamente o povo negro, principalmente a imagem da mulher negra. Estaremos inculcando na cabeça das meninas a preferência por bonecas loiras e mais bem elaboradas em detrimento das bonecas negras, mais raras e algumas ainda muito malfeitas. A mulher negra precisa ser mais respeitada! (2004, p.22)

---

<sup>5</sup> Raça aqui é social, não biológica. O sequenciamento do DNA mitocondrial permite afirmar que só existe uma única raça, a humana, no entanto, no Brasil, o conceito de raça continua operante no imaginário social, nas práticas racistas e que mantém o grupo negro da população em situação secular de desigualdade.

Baseadas nessa fala de Matos, trazemos a reflexão da ausência dessas bonecas no contexto escolar, apesar de sabermos não ser uma exclusividade da escola, pois o mercado ainda está muito tímido ao se tratar de oferecer uma variedade de bonecas negras. Sendo assim, a sala de aula reflete muito do que está posto na nossa sociedade, é um reflexo dos nossos hábitos e crenças. Entretanto isto não invalida a reflexão aqui levantada, pois se faz necessário rever os materiais que estão sendo expostos para as crianças, para que não sejam ferramentas a atrapalhar a prática sobre a Educação das relações étnico-raciais.

### **5.3 - A prática dos docentes em relação ao ensino da história e cultura africana e afro-brasileira e sua relevância**

Visto que o DCN para EI defende uma prática que possibilite o aprendizado do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira (como vimos no marco teórico). Baseado nisso, as professoras entrevistadas afirmaram que buscam proporcionar essas vivências para as crianças:

A gente trabalha, assim, vários livros: O cabelo de Lelé, é esqueci agora, tem outros livros, tem uns 3 livros que assim, eu sempre trabalho com a crianças. Que você já traz a questão da identificação, que o cabelo enrolado é bonito, que não é o cabelo ruim. Então, tudo se desmitifica aí essa questão que já está impregnada como coisa natural, como o cabelo, e é assim, como a cor da pele. O lápis da cor da pele, então você mostra “Qual é a cor da pele?” Pela o lápis da cor da pele e coloca do lado da pele da criança. Não é igual nem da minha. Não existe um lápis de cor da minha pele..(Maria, 2016)

Na fala de Maria, podemos ver que ela automaticamente associou a prática desse ensino à questão de identidade. Pois como ressaltamos anteriormente, por se tratar de uma escola pública, temos um número maior de estudantes negros e pardos o que faz com que essa prática perpassasse pelo campo da identidade do indivíduo. Ou seja, ao garantir essa vivência, Maria proporciona ao seus estudantes a capacidade de se identificarem, pois assim como afirma Gomes:

A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica

traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares referências civilizatórias que marcam a condição humana. (2005, p.41)

Como enfatizou Gomes, a identidade não é algo *inato*, ou seja, faz-se necessário proporcionar às crianças vivências que as ajudem na construção positiva da sua identidade. Podemos visualizar isso na fala que Rose traz:

Eu tenho a boneca negra e as bonecas brancas. Agora, as crianças, o que eu percebo é que instintivamente eles vão para a branca e não para a negra. Então eu tenho que trabalhar, que ela é linda, que ela é bonita e que a gente, um nasce branquinho, outro nasce mais moreninho, mas que nós somos todos iguais. Eu gosto de trazer, até porque é como eu disse para você. Eu tenho uma sobrinha e eu sei que ela sofreu muito preconceito na escola. Agora mais não, porque como ela tem uma autoestima muito elevada, que isso foi trabalhado desde bebê, desde menininha. Então ela, agora que ela tá na adolescência, ela supera. Mas quando ela era menorzinha ela não conseguia entender. Por isso que eu gosto de trabalhar, isso tem que ser trabalhado desde pequeno. (2016)

Como podemos perceber durante o relato da professora, a vivência desta prática faz com que surjam questionamentos e debates que contribuem para a construção deste aprendizado. Entretanto por que garantir a experiência desta temática desde a Educação Infantil? Por que não esperar para trabalhá-la a partir do ensino fundamental como está proposto na lei 10.639/03? Impulsionada por esses questionamentos, perguntamos às professoras a importância de se trabalhar a temática desde a Educação Infantil. E o relato de Joana acerca disso foi:

Começando desde a educação infantil, no caso, já faz parte da educação básica, né?! Na educação infantil, né?! Já deve começar desde pequeno, a gente já trabalha, já tem o projeto sobre identidade. Porque se vocês perceberem a sala da gente é uma miscigenação, a maioria dos alunos são negros e como trabalhar com essa diferença quando chega uma galeguinha na sala ou quando só tem um negro, dois negros, né? E o resto são tudo branco, o cabelo enroladinho, então a gente trabalha o livro de Lelé, as tranças de Bitú e outros livros, que cor é a minha cor[...] E a gente vai trabalhando em cima. (2016)

Mais uma vez, percebemos que o fator de reconhecimento de si é o grande validador desta prática dentro do segmento da EI. Pois é nesta fase da vida que a criança começa a se reconhecer, e construir uma ideia sobre quem ela é, e seu papel na sociedade, assim como defende Bee & Boyd ao afirmar

que “A criança de idade pré-escolar começa a definir ‘quem sou eu’ aprendendo sobre suas próprias qualidades e seus papéis sociais.”(2001, p.282).

Também percebemos que nas falas trazidas até agora sempre fica bastante em destaque as questões das características físicas do povo negro, tais como pele negra e cabelo crespo. Esse discurso se repete porque para as crianças desta faixa etária, as características visíveis são as que se sobressaem no reconhecimento de si.

Uma criança pré-escolar tende a se focar mais em suas próprias características visíveis – se ela é um menino ou uma menina, qual sua aparência, com o que ou quem ela brinca, onde mora, o que é bom ou ruim de fazer – do que em qualidades internas mais permanentes. (Bee & Boyd,2011)

E é devido a esse tipo de visão que é tão comum ver em turmas pré-escolares falas como a que a professora Maria traz: “Então quando você vir uma criança pequena que tem o cabelo crespo e a outra diz assim: - Tira esse fuá da minha frente! Então, né?! Porque ai já esta introduzindo que em casa diz, ou é porque reproduz” (2016)

Observamos nessa última citação, que as crianças não só dão grande destaque às características físicas, mas também já começam a reproduzir falas de cunho racista. Pois ao se dirigir ao cabelo da colega como “fuá”, é uma forma de inferiorizá-lo por não se tratar de um cabelo liso. E é durante situações como esta, que percebemos a importância de que o professor saiba mediar corretamente, a fim de proporcionar a todos os envolvidos um aprendizado positivo. Uma vez que a escola exerce uma função na construção da identidade desses sujeitos, como alega Gomes:

[...] a experiência com o corpo negro e o cabelo crespo não se reduz ao espaço da família, das amizades, da militância ou dos relacionamentos afetivos. A trajetória escolar aparece em todos os depoimentos como um importante momento no processo de construção da identidade negra e, lamentavelmente, reforçando estereótipo e representações negativas sobre esse segmento étnico/racial e o seu padrão estético. (2002, p.41)

Então, baseado nas falas trazidas pelas professoras, durante a educação infantil a prática acerca do ensino da história e cultura negra é

focada nas questões do reconhecimento, aceitação e respeito aos traços da raça. Como Maria vem reforçar ao afirmar que:

Assim, a gente trabalha a imagem da criança. Tem escola que tem espelho, a nossa ainda não tem, mas a ideia é ter. Então, qual é a tua imagem? Como é você? Como é o desenho do seu olho? Como é o seu cabelo? Como é a sua pele? Então, não é que você trabalha separadamente dos outros conteúdos. Tipo, “EU tenho que trabalhar hoje a pele”. Não! Mas isso já está incluso no nosso trabalho do dia a dia. (2016)

Ou seja, majoritariamente o discurso acerca da prática abrange um viés importante nas relações étnicas, que é a questão da construção da identidade. Entretanto baseado nos dados coletados não vemos enfoque nas demais questões como: as diversas manifestações culturais dos povos africanos e afro-brasileiro (comida, danças, roupas, etc) , nem acerca da história africana.

#### **5.4 - Concepção de educação das relações étnico-raciais dos professores.**

O debate acerca das relações étnico-raciais ganhou destaque no campo educacional, por ser a educação um dos principais meios para combatermos o racismo em nossa sociedade. E, diante desse cenário, questionamos as professoras o que elas entendem por racismo.

Para Joana, “Racismo é uma discriminação, que existe entre pessoas de cores diferentes e de raças diferentes” (2016). Ou seja, seria a não aceitação diante da diferença do outro. Seguindo esta mesma linha, Rose afirma que “Racismo é aquele preconceito que você, a pessoa é diferente, diferente em termos, e você acaba não aceitando essa diferença. Pra mim é isso!” (2016).

As outras professoras Ana e Maria, também não apresentaram grandes diferenças nos seus conceitos sobre racismo. Segundo Ana, racismo é “Quando o preconceito agride o direito do ser humano, seja qual for a raça.”(2016). Maria acrescenta um pouco mais ao afirmar que “Racismo?! ...Pra mim é o que existe na discriminação entre os seres humanos. Entre as crianças, entre os adultos...é mais nesse sentido. É a violência contra a questão racial. Questão de raça! Da cor, da pele.”(2016).

Em todas as falas observamos que mais uma vez, a questão que se destaca é as características físicas. Esse fenômeno ocorre pois segundo Gomes:

[...] o problema é que, no caso brasileiro, o preconceito está fundamentalmente nos caracteres físicos. A discriminação “cultural” vem a reboque do físico, pois os racistas acham que “tudo que vem de negro, de Preto” ou é inferior ou é maléfico (religião, ritmos, hábitos, etc). (2005, p.48)

Então percebemos que as falas das professoras nesse aspecto é o reflexo do comportamento nacional. Entretanto diferentemente do que elas pontuaram, o racismo não se mostra apenas na intolerância em face de cor de pele ou o cabelo do outro. Mas se mostra fortemente no desprezo e no desrespeito de tudo que aquele grupo étnico produz. Ou seja, o racismo se manifesta nas “piadinhas” com falas racistas, na intolerância religiosa, entre outros. Mas qual a relevância de compreendermos o conceito de racismo que as professoras têm, para entendermos a concepção de educação étnico-racial delas? Bem, para explicarmos isso, mais uma vez traremos Gomes à discussão quando ela traz que:

O preconceito como atitude não é inato. Ele é aprendido socialmente. Nenhuma criança nasce preconceituosa. Ela aprende a sê-lo. Todos nós cumprimos uma longa trajetória de socialização que se inicia na família, vizinhança, escola, igreja, círculo de amizades e se prolonga até a inserção em instituições enquanto profissionais ou atuando em comunidades e movimentos sociais e políticos. (2005, p.54 e 55)

Trazemos esse conceito de Gomes acerca do preconceito, pois se o professor não compreender a forma que este preconceito é instituído e se manifesta, como ele poderá combatê-lo? A criança não nasce preconceituosa, nem com negação sobre sua raça. E para garantirmos que tais sentimentos e atitudes não se desenvolvam é necessário compreender a forma como ele se manifesta.

Seguindo esse raciocínio, indagamos as professoras como poderíamos combater o racismo. Segundo Ana a forma que podemos fazê-lo é:

Com educação, explicando que somos todos iguais perto da sociedade, que temos o direito mas que temos cores diferentes e somos de raças e de povos diferentes. Mas que isso não implica que

é porquê um é negro, e o outro é indígena que um seja melhor que o outro.(2016)

No argumento dela, percebemos que poderíamos combater através da educação como forma de desenvolver tolerância e respeito as particularidades um do outro. Já Joana afirma que:

Através de um trabalho de conscientização em sala de aula. Estou voltando pra sala de aula, certo? Em sala de aula é... dando exemplo, por exemplo, eu tenho minha filha, eu tenho que dá exemplo a minha filha desde pequena como tratar as pessoas, porque racismo é a forma de tratamento, como eu lhe trato então não tratar de forma indiferente só porque você é negro, ou só porque você é de outra religião, mas tratar por igual como ser humano. É uma educação doméstica [...] (2016).

Percebemos então, uma semelhança nos discursos, o qual também se repete na fala de Rose, quando ela traz que “[...] a educação infantil é uma base. Então a criança tem que entrar na escola e aprender que ela tem que respeitar o diferente, independente da cor da pele, ou qualquer coisa.”(2016).

Apesar de as professoras estarem corretas, em relação de que sim, devemos proporcionar meios para que as crianças aprendam a respeitar as diferenças. A questão das relações étnico-raciais não se resume a isso. Entretanto a professora Maria trouxe um conceito diferenciado. Ela disse que para combatermos o racismo precisamos de:

Trabalhar a valorização da classe. Trabalhar... enfatizar ‘Qual é a sua descendência?’ Então...”Não, não sou descendente de escravos. Sou descendente de príncipes e princesas da África”. Por que lá vivem etnias, né?! Como a gente tem nos nossos índios aqui. Que também não são valorizados e que a gente precisa... muitas pessoas nem se auto avaliam. Se não me engano 25 de Março é o dia da mulher negra caribenha (alguma coisa assim). Em novembro a consciência negra. Então assim, a gente já trabalha essas datas. Então obrigatoriamente, a gente faz esse tipo de trabalho. Mas eu acredito também que não é uma coisa só questão de datas. Uma, é coisa para o ano todo. Que você vai trabalhar um assunto que você consegue relacionar e... quando você vai trabalhar a identidade do aluno, o nome do aluno , ai você vai; nome da mãe, nome do pai, sua cor, como é o seu cabelo? Então ali também você vai trabalhar a questão da raça.(2016)

A fala da professora é diferenciada justamente por trazer a questão da valorização do ensino da história e cultura do povo africano. E acreditamos ser esse o caminho que nos ajudará a modificar o cenário atual do negro em nossa



sociedade. Pois assim como afirma Gomes “O estudo da África de ontem e de hoje, em perspectiva histórica, geográfica, cultural e política, poderá nos ajudar na superação do racismo no Brasil.” (2008, p.77)

Percebemos então que Maria foi uma exceção no grupo pesquisado. Porém isso ocorre devido a uma lacuna que existe na formação dos pedagogos acerca desta temática. Ou seja, não podemos esperar que as professoras defendam algo que elas não aprenderam. Uma vez que o discurso delas é o resultado de algo que Gomes já havia chamado nossa atenção para:

A questão que considero mais séria e passível de uma profunda reflexão é: será que as crianças, os adolescentes os jovens e os adultos que frequentam a escola na atualidade, têm contato com outras imagens e com a história dos africanos escravizados vista na perspectiva da luta e da resistência negras? Será que os nossos alunos e alunas, ao passarem pela escola básica, hoje, têm a possibilidade de estudar, conhecer e aprofundar seus conhecimentos sobre o continente africano? Na formação inicial dos docentes, nos cursos de Pedagogia e de Licenciatura, a discussão sobre a questão racial brasileira e sobre o continente africano de ontem e de hoje se fazem presentes? Como? Se o Brasil se diz orgulhar da sua ascendência africana expressa no jeito de ser brasileiro, na sonoridade, na corporeidade, na musicalidade e na composição étnico-racial da nossa população, o que sabemos sobre o continente africano no qual se encontra não só a nossa origem, mas também a de toda a humanidade? (2008, p.76)

A concepção que as professoras têm acerca das relações étnico-raciais é o resultado da formação que elas tiveram. O que vemos ser isso o fator de maior destaque nas suas práticas. Como as mesmas compreendem que trabalhar a questão do negro é trabalhar a questão do respeito as diferenças, logo é isso que se materializa nas salas de aula.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O intuito do nosso trabalho foi de compreender como estava sendo estabelecido o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil da rede municipal do Recife.

De fato, os nossos objetivos, geral e específicos, foram atingidos, uma vez que alcançamos através da fala das professoras as concepções delas acerca dessa importância do ensino da Educação das relações étnico-raciais,

reconhecendo, através do diálogo, como estavam sendo realizadas suas práticas em sala de aula acerca dessa valorização e os materiais que eram trabalhados por elas para seus respectivos alunos.

Durante a realização do nosso trabalho, percebemos que apesar da Lei 10.639/03 não trazer a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana desde a educação infantil, os DCNs para educação infantil trazem e defendem a importância da vivência do ensino da cultura e história africana, a fim de reparar esta lacuna. Então, devido à existência do DCN, percebemos na escola pesquisada, que de fato, é defendida a prática desse ensino desde a educação infantil.

Nas visitas e entrevistas que realizamos na escola pesquisada, percebemos que existe um cuidado em trabalhar esta importância, uma vez que o DCN defende. Porém, a concepção do ensino da história e cultura africana ainda não está totalmente claro para a maioria dessas professoras da educação infantil.

Afirmamos isto, pois durante nossas análises percebemos que as mesmas associam essa prática à questão de trabalhar o respeito às diferenças, e sabemos que isto não é suficiente, mas que é necessário levar em conta a necessidade de ensinar a história dos africanos e da África, seus hábitos, ritos e manifestações culturais.

Nos momentos das entrevistas, percebemos apenas uma educadora que mostrou a importância desse ensino, entretanto no geral não vimos uma ênfase nesse aspecto. E percebemos que isso ocorre devido à lacuna que existe na formação desses profissionais, uma vez que até o presente momento os programas do curso de Pedagogia não trazem essa temática como algo obrigatório, deixando essas profissionais sujeitas ao senso comum.

Em relação aos materiais para favorecer os seus trabalhos, observamos poucas histórias, vídeos, músicas e entre outros, que contemplam essa valorização. Segundo elas, esses instrumentos não são tão disponíveis para elas trabalharem em sala com seus alunos. Percebe-se que, elas não têm tanto acesso na escola a materiais que favoreçam o ensino dessa história e cultura e os poucos materiais que elas têm geralmente são materiais emprestados por amigas educadoras ou comprados por elas próprias.

Compreendemos que, para que de fato a prática do ensino e cultura africana e afro brasileira comece a acontecer de forma mais eficaz, na educação infantil, é necessário que se veja e repense como está se dando a formação desses profissionais de educação, acerca desse tema, pois, desta maneira, estaremos garantindo uma vivência plena para essas crianças.

É necessário que os docentes desse segmento que estão em formação e que estão na prática tenham uma melhor formação durante o curso de pedagogia acerca desta valorização, uma melhor apropriação acerca da Lei e suas finalidades. É importante que durante a formação docente, as universidades trabalhem com maior ênfase o ensino da história e cultura africana e afro brasileira.

Sendo assim, vemos que ainda temos uma longa jornada pela frente a fim de que a educação infantil esteja preparada para proporcionar às crianças experiências que a levem a apreender mais sobre a cultura e história africana e afro-brasileira. Entretanto não podemos encerrar este trabalho sem afirmar que os anos de luta do movimento negro estão sim, trazendo frutos, pois apesar das melhoras (adequações) que precisamos fazer, não podemos negar os avanços conquistados. As professoras, de fato, estão tendo um olhar mais cauteloso, o que está refletindo nas suas práticas. Os documentos educacionais e materiais didáticos estão se modificando e se adequando. O que nos leva a concluir que ainda não chegamos aonde desejamos, mas estamos no caminho certo.

## 7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AMORIM, R. M.; NETO, J. B. **A proposta curricular do Recife e a educação para a diversidade etnicorracial**. In ARRUDA, A.L.B.; GOUVEIA, K.R. (Orgs) **Pesquisas em políticas e práticas educativas**. Recife. Ed. Universitária da UFPE, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3.ed. Edições 70. Lisboa: 2004.

BEE, Hellen.; BOYD, Denise. **A criança em desenvolvimento**. Tradução: Cristina Monteiro. 12º edição. Porto Alegre. Artmed, 2011.

BENTO, M.A.S. **Branqueamento e branquitude no Brasil.** In CARONE, I.; BENTO, M.A.S (Orgs.) **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2002

BRASIL. **Lei n.º10.649, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dar outras providências.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)> acesso em 28 de Novembro de 2015.

BRASIL. **Lei n.º12.796, de 04 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm) acesso em 28 de Novembro de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** Brasília : MEC, SEB, 2010. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category\\_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192)> acesso em 28 de Novembro de 2015.

BRASIL. **IBGE.** Censo demográfico, 2010. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/> > Acesso em 25 de Junho de 2016.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: formação pessoal e social.** Brasília. MEC/SEF, 1998 Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf> > Acesso em 21 de Junho de 2016.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo. Contexto. 2014. Disponível em <[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=f9VnAwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=Educa%C3%A7%C3%A3o+infantil+cultura+negra&ots=18AEUz0rx9&sig=PK69xZKwgxqP4ACJ7TH1\\_boNs4A#v=onepage&q&f=true](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=f9VnAwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=Educa%C3%A7%C3%A3o+infantil+cultura+negra&ots=18AEUz0rx9&sig=PK69xZKwgxqP4ACJ7TH1_boNs4A#v=onepage&q&f=true)> acesso em 12 de Janeiro de 2016.

CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo. Summus, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Tradução de Moacir Gadotti e Lílian Lopes Martin, 12ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

GOMES, Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?** UFMG, Faculdade de Educação, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas.** UFMG, 2011

GOMES, N.L. **A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da lei 10.639/03.** In MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. (Orgs.). **Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógica.** Petrópolis: Vozes, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** Brasília. Ministério da Educação, 2005.

KRAMER, S. **O que é básico na escola básica? Contribuições para o debate sobre o papel da escola na vida social e na cultura.** In KRAMER, S.; LEITE, M.I. (Orgs.) **Infância e produção cultural.** Campinas. Papirus, 1998.

LEWIS, Carroll. **Alice no país das maravilhas.** Disponível em < <http://lelivros.black/book/alice-aventuras-de-alice-no-pais-das-maravilhas-atraves-espelho-e-o-que-alice-encontrou-por-la/> > Acesso em 02 de Maio de 2016.

LUDKE, M; ANDRE M. **Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso.** In: **Pesquisa em educação: abordagem qualitativa.** São Paulo, EPU, 1982, p.13

MANZINE, Eduardo. **Entrevista Semi-estruturada: Análise de objetivos e de roteiros.** Departamento de educação especial, programa de pós-graduação. Unesp, apoio CNPq, p.02, 1990.

MATOS, Maria Zilá Teixeira. **Bonecas negras, cadê? O negro no currículo escolar: sugestões práticas.** Belo Horizonte. Mazza edições, 2004.

REIS, Maria da Conceição. SILVA, Auxiliadora Maria Martins. **A lei nº 10.639/2003 nas escolas pernambucanas: políticas e práticas curriculares para sua implementação.** Disponível em < <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT21-3994.pdf> > acesso em 28 de Novembro de 2015.

SARMENTO 2003, apud CARVALHO, Levindo Diniz. UFMG -GT-07: **Educação de crianças de 0 a 6 anos.** Agência financiadora: CNPq. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil.** São Paulo. Publifolha, 2001.

**Questões realizada durante as entrevistas**

- 1- O que você entende por Racismo?
- 2- Você acredita que existe Racismo na nossa sociedade?
- 3- Você já presenciou algum tipo de Racismo?
- 4- Pra você como podemos combater o Racismo?
- 5- Você sabe como o governo federal vem combatendo o Racismo?
- 6- Você conhece alguma lei existente a fim de prevenir ou evitar o Racismo?
- 7- Para você a escola é importante no combate ao Racismo?  
Se sim, por quê?
- 8- Você já ouviu falar na Lei 10.639/03? O que essa lei orienta(Caso não, ler o artigo).
- 9- A lei defende que o ensino começa a partir do ensino fundamental. Você concorda?
- 10- Você acha que a Lei devia abranger a educação infantil?
- 11- Você já presenciou algum indicio de racismo entre as crianças de faixa etária pré-escolar?
- 12- Você acredita que possa existir surgimento de posicionamento racista nessa idade?
- 13- Se você presenciou o racismo na sua sala de aula, com você tentou solucionar este problema?
- 14- Descreva o perfil dos seus alunos
- 15- Seus alunos negros eles se conhecem como negros, tem orgulho da sua identidade ?
- 16- Você utiliza algum método em sua sala com seus alunos valorizando a cultura africana e afro descendente. Se sim, quais ?
- 17- A escola disponibiliza/ trabalha com projeto acerca desta cultura ?
- 18- Como você trabalha as diferenças e particularidades étnicas dentro da sala de aula?
- 19- Pra você a garantia do ensino acerca da história da cultura Africana e afrodescendente, qual é a importância pra essa faixa etária ?